

CAPITÃO AMÉRICA E A DOCTRINA BUSH: A INDÚSTRIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

CAPTAIN AMERICA AND THE BUSH DOCTRINE: THE CULTURAL INDUSTRY AS AN INSTRUMENT OF THE UNITED STATE'S FOREIGN POLICY

RÚBIA MARCUSSI PONTES¹

Faculdades de Campinas (FACAMP)

E-mail: rubiamarcussi@gmail.com

Resumo: O personagem Capitão América foi um dos instrumentos de política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, sendo a representação de um sistema de crenças e da imagem nacional norte-americana. Com o fim da Guerra Fria, seu papel foi deixado em segundo plano; entretanto, o relançamento do personagem com a “guerra ao terror” e a Doutrina Bush fizeram com que houvesse a confluência de defesa dos interesses e valores dos Estados Unidos através da utilização de um instrumento cultural, restaurando a imagem nacional abalada após os atentados de 11 de Setembro. Os Estados Unidos buscam a manutenção de sua hegemonia através de quadrinhos e filmes utilizando o Capitão América; a eficácia do método, contudo, tem sido objeto de contestação no panorama internacional.

Palavras-chave: Capitão América; Doutrina Bush; política externa; sistema de crenças; imagem nacional.

Abstract: *The fictional character Captain America was a foreign policy instrument utilized by the United States during the Cold War, being the representation of a belief system and of the American national image. With the end of the Cold War, his role was left beside; however, the relaunching of the character in the context of the “war on terror” and of the Bush Doctrine demonstrated the confluence of interests and values of the United States through the use of a cultural tool, what could restore the national image that was shaken after the attacks of 9/11. The United States sought to keep their hegemony through comic books and movies that focused on the Captain America; nevertheless, there has been contestation on the effectiveness of the method in the international system.*

Key words: *Captain America; Bush Doctrine; foreign policy; belief system; national image.*

¹ Rúbia Marcussi Pontes é graduanda em Relações Internacionais pelas Faculdades de Campinas (FACAMP).

Introdução – A indústria cultural como instrumento de política externa

A indústria cinematográfica e de quadrinhos dos Estados Unidos tornou-se essencial na caracterização dos Estados Unidos como principal potência mundial, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Neste sentido, proporcionou uma correlação entre a ordem interna e externa do país através da transmissão de determinada imagem nacional (DITTMER, 2005: 627). A criação do Capitão América, em 1941, como personagem de histórias em quadrinhos e, em 1944, como personagem de um seriado, demonstra a defesa dos interesses norte-americanos através da propaganda de valores culturais. (HILL, 2003: 152-154).

Nesse sentido, o Capitão América surge como a representação dos ideais americanos de liberdade e patriotismo, valores fortemente defendidos em um mundo dividido em zonas de influência norte-americana e soviética. Entretanto, quando a Guerra Fria termina, o personagem torna-se obsoleto em termos de defesa da política externa norte-americana e entra em esquecimento, uma vez que já não mais existia um inimigo comum para ser derrotado no Sistema Internacional. Entretanto, seu ressurgimento nos anos 2000, após o atentado do 11 de Setembro (OLIVEIRA e DENIPOTI, 2008), poderia ser entendido como mais um exemplo de utilização da indústria cultural como um dos instrumentos de política externa dos EUA, mais especificamente, da Doutrina Bush? O presente artigo buscará responder a tal pergunta através da descrição e análise deste processo.

A análise envolverá a combinação do *decision making process* (processo de tomada de decisão) com *policy* (efeitos da decisão), no sentido de que a abordagem cognitiva será o instrumento ideal para a avaliação do tema abordado. Nesse sentido, os principais autores utilizados são Holsti e Boulding. Holsti (1962), ao propor incorporação do sistema de crenças e de imagens nas análises, salienta a importância dos aspectos psicológicos e culturais na formação histórica de um país, principalmente a partir do impacto que tais elementos exercem no processo de tomada de decisão. Boulding (1959), por sua vez, destaca o conceito de “imagens nacionais”, que são cruciais no processo histórico de construção de um Estado, levando em consideração aspectos sociológicos que influenciam na política interna e externa de um país.

A partir dos elementos abordados por Holsti e Boulding, o presente artigo demonstrará que a abordagem cognitiva tem como objetivo analisar, através do *decision making process*, a visão

de mundo de um ator, bem como seu processo de filtração e de avaliação das informações recebidas e das imagens formadas ao longo do tempo. Essa forma de análise será essencial para a compreensão dessa variável como forma de propagação da política externa dos Estados Unidos através da indústria cultural e do personagem Capitão América, representação de um ideário de uma nação. A abordagem cognitiva também se mostra essencial através da análise de *policy*, ou seja, através dos resultados obtidos com o instrumento cultural como forma de política externa. Nesse sentido, busca-se avaliar os resultados do uso da imagem do Capitão América como forma de defesa dos interesses norte-americanos. A abordagem cognitiva, por incorporar elementos subjetivos em sua forma de análise, mostra-se como o instrumento eficaz para esta análise, pois fatores como cultura e psicologia são essenciais para a compreensão do impacto do personagem Capitão América como representação dos interesses norte-americanos (LARSON, 1994).

Através de uma análise histórica, o artigo evidenciará como o personagem Capitão América integra um complexo quadro de formação de uma política externa a partir de uma perspectiva que não engloba somente a força como elemento dissuasório, mas também elementos culturais que garantem a “credibilidade e a legitimidade à hegemonia estadunidense” (GALDIOLI, 2008: 35). A defesa de valores como a democracia, a liberdade e a igualdade entre os indivíduos demonstra claramente que o personagem faz parte de um contexto de atuação dos Estados Unidos no qual a contenção do avanço do bloco soviético era um elemento importante na disputa de poder no sistema internacional (GALDIOLI, 2008: 35). A utilização de instrumentos que caracterizam somente o *hard power* (poder bruto) não era suficiente para assegurar a aceitação dos valores norte-americanos. Neste sentido, instrumentos como a propaganda e a diplomacia cultural (HILL, 2003: 152) tornam-se essenciais para a manutenção dos interesses dos Estados Unidos perante os demais países. A indústria cultural norte-americana foi, portanto, instrumento de política externa.

Contudo, quando a Guerra Fria acaba, o grande mal combatido pelo Capitão América torna-se inexistente. Agora, já que os Estados Unidos não têm mais um “inimigo” específico para combater, o personagem entra em esquecimento uma vez que sua nação passa a ser a única potência consolidada no sistema internacional (CHOMSKY, 2002). O término da Guerra Fria faz com que os Estados Unidos busquem outros focos de atuação no sistema internacional, como, por exemplo, a guerra contra as drogas. Entretanto, “ainda que o engajamento na luta

contra tais questões trouxesse temporariamente um alvo a ser combativo, elas não tinham a mesma força mobilizacional e o mesmo peso que o antigo inimigo comunista” (MOTTA, 2014: 51). Embora nunca tenha deixado de ser um foco da política externa do país, a defesa dos interesses norte-americanos retorna ao centro do debate político a partir dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Com a Doutrina Bush busca-se caracterizar o terrorismo como o novo “inimigo” dos Estados Unidos, proporcionando-se “novo fôlego à sua lógica de discurso combativo” (MOTTA, 2014: 52).

Elementos subjetivos como o medo instaurado no país demonstram que havia a necessidade de um símbolo moral que justificasse a ação do país; a política externa é refeita no sentido de que a indústria cultural passa a ter novamente um papel atuante na sustentação da “luta contra o terror” e a favor do ideário dos Estados Unidos de luta pela democracia e pela liberdade (OLIVEIRA e DENIPOTI, 2008). A volta do Capitão América surge como forma de legitimação das ações dos Estados Unidos. Nesse sentido, a abordagem cognitiva poderá fornecer o elo de ligação entre a atuação da indústria cultural e o Capitão América no sentido de que é através de elementos subjetivos e da restauração de um sistema de crenças que a política externa dos Estados Unidos passa a ser exercida nos anos 2000 (LARSON, 1994). A recente tendência de aumento de filmes que utilizam super-heróis demonstra, portanto, que os Estados Unidos buscam restaurar sua posição de potência mundial principalmente também através da utilização de elementos culturais.

A volta do Capitão América (2002 - quadrinhos - e 2011 - nova franquia cinematográfica) demonstra claramente que a indústria cultural volta a ser utilizada como instrumento de política externa norte-americana. Através da análise desse movimento, o artigo pretende demonstrar, portanto, que a indústria cultural apresenta grande poder de formação na opinião pública. Em um primeiro momento, serão apresentados os elementos da abordagem cognitiva a fim de que seja possível compreender como se forma um sistema de crenças, bem como a imagem nacional e a sua relação com a política externa entre países (HOLSTI, 1969: 244; BOULDING, 1959: 130). A partir disso, o artigo relacionará os conceitos da abordagem cognitiva com uma análise histórica sobre a criação e utilização do personagem Capitão América como instrumento de política externa, principalmente com a Doutrina Bush. Por fim, as Considerações Finais demonstrarão que houve, de fato, a utilização de elementos culturais como instrumentos de política externa na Doutrina Bush em uma tentativa de reerguer a posição dos Estados Unidos

como potência mundial. No entanto, evidencia-se que o método foi mais eficaz no período pós Segunda Guerra Mundial, podendo, agora, ser um fator de desgaste para a imagem nacional dos Estados Unidos.

Abordagem Cognitiva: a importância de fatores subjetivos

A Análise de Política Externa surge na década de 1950 como olhar alternativo ou complementar ao Realismo, que baseava-se no princípio do Estado como ator hegemônico e unitário do Sistema Internacional e na ideia de racionalidade. Nesse sentido, a Análise de Política Externa surge como uma disciplina que busca expandir o escopo de compreensão acerca dos acontecimentos através da incorporação de novos elementos antes desconsiderados.

A Política Externa é definida como o conjunto de ações oficiais coerentes que são realizadas em um ambiente interméstico (tanto internacional quanto doméstico) por uma autoridade ou por um ator independente (HILL, 2003: 3). Pode-se afirmar que a política externa de um país é oficial, pois é tomada a partir de decisões formais, que expressam legitimidade da autoridade independente, e que tem o poder de moldar ou influenciar outros atores a partir de suas decisões. O sentido de coerência atribuído à política externa de um país está diretamente relacionado à ideia de que existe um sentido no corpo de ações tomadas por um ator independente; havendo, portanto, um propósito que a política externa busca defender a partir das decisões tomadas. É importante destacar que a capacidade de representação dos interesses de um Estado ou de um grupo de interesse assume caráter de destaque na sustentação da política externa empregada, a qual é formada por uma esfera objetiva, caracterizada por interesses, e por uma esfera subjetiva, caracterizada por princípios e valores (CARSNALS, 2008). Levando em consideração que essas duas esferas passam constantemente por transformações, é possível afirmar que a capacidade de sustentação de valores de uma política externa pode ser transformada ao longo do tempo; nesse sentido, os interesses podem divergir e os valores empregados podem deixar de ser universais, havendo uma remodelação constante da política externa através da combinação de elementos objetivos e subjetivos. Torna-se evidente, portanto, que a análise de política externa precisa levar em consideração uma série de elementos subjetivos, os quais são essenciais para a sustentação e legitimação dos interesses de um ator. A abordagem cognitiva é essencial para a compreensão de um sistema de crenças e de valores que são a base de formação de uma política externa.

Sistema de crenças e imagens

A abordagem cognitiva surge na Análise de Política Externa como uma derivação das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. Ela tem como objetivo analisar através de uma combinação entre o *decision making process* – baseando-se na visão de mundo de um ator, bem como em seu processo de filtração e de avaliação das informações recebidas – e a *policy* – que expressa os resultados das decisões tomadas por um ator. Essas foram influenciadas por diversos elementos que incluem uma série de fatores subjetivos que são essenciais para a formação do sistema cognitivo de um indivíduo ou de uma nação, como, por exemplo, elementos psicológicos e culturais, o que não era levado em consideração pelas abordagens racionalistas. A abordagem cognitiva pretende, portanto, levar em consideração a visão de mundo e as informações subjetivas que um ator utiliza no processo de tomada de decisão bem como os efeitos que tais decisões de política externa geram.

A abordagem cognitiva está relacionada a uma análise que não busca pela verdade, mas sim demonstrar as perspectivas que caracterizam o que indivíduos ou coletividades acreditam e defendem. Nesse sentido, a análise elaborada por Holsti assume caráter de destaque a partir da formulação de um sistema de crenças, que é definido como a estrutura cognitiva total de um indivíduo (HOLSTI, 1962: 244-245). O sistema de crenças está diretamente relacionado às informações que um indivíduo retém a partir do seu nascimento e durante a sua vida. Nesse sentido, se o sistema de crenças de um indivíduo for flexível, ele conseguirá incorporar novas informações e compreender com mais facilidade o que o cerca; se o sistema de crenças é menos flexível, contudo, a absorção de novas informações é dificultada.

As imagens assumem caráter de destaque na análise elaborada por Holsti, pois elas são as ‘lentes’ pelas quais as informações são processadas, podendo ser individuais ou coletivas. As imagens estão diretamente relacionadas a duas esferas de conhecimento humano: ‘o ser’ e ‘o dever ser’. As imagens filtradas a partir da esfera ‘do ser’ estão baseadas na forma com a qual cada indivíduo interpreta a história e, portanto, passado, presente e futuro são assimilados de acordo com o que o indivíduo acredita, evidenciando a relatividade da verdade que caracteriza a abordagem cognitiva. As imagens filtradas a partir da esfera do ‘dever ser’ estão relacionadas aos valores que um indivíduo possui; em outras palavras, a análise de como as coisas deveriam ser. Nessa perspectiva, o indivíduo passa a tomar decisões com base no que ele acredita que deveria ser parte da realidade (HOLSTI, 1962: 244). É evidente, portanto, que as imagens estão

diretamente relacionadas com a forma de percepção da realidade de indivíduos e coletividades, o que evidentemente varia de acordo com aspectos culturais, históricos e psicológicos.

O compartilhamento de imagens assume caráter de destaque através de mecanismos como o compartilhamento íntimo e a vivência compartilhada; uma experiência traumática como a guerra, por exemplo, permite que indivíduos compartilhem imagens de forma mais direta e, a partir disso, seus sistemas de crenças podem ser alterados com maior facilidade (HOLSTI, 1962: 246). Além disso, existem mecanismos oficiais de compartilhamento de imagens, que são expressos através de instituições oficiais, por exemplo, ou através da mídia. Nesse sentido, as informações que chegam a um sistema de crença são filtradas pelas imagens que os indivíduos ou coletividades têm acerca de como a realidade é e de como deveria ser. A política externa está relacionada com a incorporação ou não dessas informações, que são transformadas em decisões com caráter oficial e legítimo. Os elementos subjetivos que fazem parte do seu processo de tomada de decisão, portanto, são transmitidos em decisões finais que afetam tanto a imagem que um país tem sobre si quanto a que os demais têm dele.

Imagens nacionais

A formação de um sistema de crenças e os conceitos de imagem são essenciais na constituição do que Boulding denomina como “imagens nacionais” no sentido de que é possível pensar em um determinado país e associá-lo diretamente a uma imagem. Boulding busca evidenciar um processo real no qual um país é reconhecido no sistema internacional a partir de uma imagem que os demais países possuem dele, o que é feito através de um processo de personificação do Estado. A análise de Boulding evidencia que a construção da imagem nacional é um processo histórico social baseado em elementos subjetivos, que são expressos através da política externa desse ator no sistema internacional, transmitindo uma determinada gama de valores (BOULDING, 1959: 121).

Nesse sentido, é possível classificar as imagens nacionais de acordo com duas tipificações, que são as imagens sofisticadas e as imagens não sofisticadas (BOULDING, 1959: 130). As imagens sofisticadas estão diretamente relacionadas à ideia de consciência histórica: os indivíduos de um determinado país têm consciência de que a imagem do país foi socialmente construída ao longo do tempo através de um processo de incorporação de novas informações; o sistema de crenças que está inserido nesse tipo de imagem nacional permite que haja maior

compreensão acerca do posicionamento de outros indivíduos ou país, ou seja, torna-se mais fácil compreender a perspectiva do outro (BOULDING, 1959: 121-123). As mudanças passam a ser uma possibilidade através da incorporação de novos elementos, já que há a consciência acerca da construção histórica da imagem nacional. As imagens não sofisticadas, em contrapartida, possuem um caráter mais conservador que entendem as imagens como verdades absolutas; nesse aspecto, a compreensão acerca da realidade é restrita, já que elimina-se a ideia de processo de construção das imagens nacionais em detrimento de uma visão absoluta, que vê a imagem nacional como uma constante (BOULDING, 1959: 121-123).

Boulding afirma que a construção da imagem nacional é um processo histórico que demonstra a perspectiva de um povo acerca de como seu Estado se formou, o que é denominado pelo autor como a narrativa da construção histórica do Estado (BOULDING, 1959: 122). Nesse sentido, torna-se evidente que a imagem nacional é construída a partir de uma gama de valores difundidos na sociedade ao longo do tempo, os quais são essenciais para a formação da imagem que esses indivíduos têm sobre seu próprio país e sobre a imagem que os outros terão. Além disso, o autor destaca a perspectiva de construção da imagem nacional está diretamente relacionada à imagem dos poderosos e à imagem das massas (BOULDING, 1959: 121). Há a necessidade de alinhamento da imagem dessas partes de uma sociedade na configuração de uma imagem nacional no sentido de que é somente dessa forma que haverá a legitimação das decisões tomadas pelos poderosos. O compartilhamento das imagens assume relevância nesse processo pois permite que haja a assimilação de valores que passam a se tornar comuns tanto para os poderosos quanto para as massas em um suporte tácito entre as partes (BOULDING, 1959: 122).

A relação entre a imagem nacional de um país e sua política externa está diretamente associada com a interação entre três tipos de imagens: a geográfica, a de força e fraqueza e a de amizade e hostilidade (BOULDING, 1959: 124). A imagem geográfica está relacionada com a imagem nacional que um determinado Estado tem em relação a outro, bem como a imagem que ele tem de si mesmo; a imagem geográfica pode ser expressa através do território de um Estado, que é a concretização da extensão territorial de uma política externa. A imagem de força e fraqueza está associada à como um Estado expressa tais características em sua política externa: um Estado não precisará necessariamente utilizar a força para passar a imagem de nação forte; somente a imagem de força pode ser suficiente para que os demais Estados passem a reconhecê-

lo como tal. Por fim, a imagem de amizade e hostilidade possui grande impacto em relação a política externa de um Estado no sentido de que é através da imagem que uma nação tem sobre outra que suas relações externas serão baseadas: se a imagem for de amizade, tende-se a haver harmonização das relações; em contrapartida, se a imagem for de hostilidade, a rivalidade tende a ser acentuada. A imagem de amizade ou hostilidade que uma nação tem em relação a outra não precisa ser necessariamente recíproca; a sua compatibilidade, em outras palavras, pode ser real ou ilusória. É evidente que a forma como um país vê a si próprio e aos demais pauta a sua política externa (BOULDING, 1959: 125).

O processo de consolidação da imagem de um Estado está, portanto, diretamente relacionado ao compartilhamento de imagens entre os indivíduos de uma sociedade no sentido de que há assimilação de elementos culturais e psicológicos, o que permite associar um determinado Estado a uma imagem nacional. A construção da imagem nacional é um processo histórico cujas origens normalmente encontram-se na guerra, um acontecimento traumático que é uma vivência compartilhada, permitindo a assimilação de elementos subjetivos. Os mecanismos oficiais de compartilhamento de imagens assumem caráter de destaque na formação da imagem nacional a partir da difusão dos valores comuns através dos meios de comunicação, da propaganda e das instituições oficiais, o que pode ser evidenciado principalmente através do uso desses mecanismos como forma de legitimação de uma guerra ou de uma doutrina em particular. Nesse sentido, é possível destacar o uso de elementos culturais como instrumentos de política externa principalmente através da propaganda e da diplomacia cultural, que são elementos essenciais tanto na construção da imagem nacional quanto para a consolidação da política externa de um Estado (HILL, 2003: 152).

Capitão América: instrumento de política externa?

O nascimento da cultura de massas nas primeiras décadas do século XX inaugura uma nova janela de estudos, no sentido de que “a tecnologia das comunicações oferecia à massa, agora composta de diversos segmentos sociais, (...), novos meios de difusão de mensagens, que iriam permitir a imediata e simultânea recepção das mesmas informações a públicos os mais vastos” (BELTRÃO e QUIRINO, 1986: 28). As histórias em quadrinhos e o cinema são alguns dos instrumentos utilizados pela indústria cultural, termo utilizado por Horkheimer para expressar a situação da arte em uma sociedade marcada pela racionalidade industrial (HORKHEIMER,

2000). Nesse sentido, a indústria cultural criou fortes raízes nos Estados Unidos e tornou-se um dos principais componentes da política externa norte-americana no século XX, sendo um dos instrumentos mais utilizados.

Levando em consideração o conceito de que a política externa é o conjunto das relações intermésticas oficiais de um ator independente (HILL, 2003: 3), pode-se afirmar que a indústria cultural dos Estados Unidos, que abrange tanto a produção de filmes quanto de romances e histórias em quadrinhos, pode ser vista como um instrumento de política externa, pois carrega consigo uma gama de valores e características que propagam o *american way of life* (estilo norte-americano de vida); a intrínseca relação entre a indústria cultural norte-americana e os governos do país pode ser vista, por exemplo, através das exigências de suporte do governo dos Estados Unidos para a *Picture Producers and Distributors of America* (MPPDA) logo no pós Segunda Guerra Mundial, bem como através da inclusão da distribuição de filmes no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (JARVIE, 1990). Além disso, é possível afirmar que a utilização de instrumentos culturais como a propaganda e a diplomacia cultural fazem parte da formulação da política externa de um país (HILL, 2003: 153). É evidente, portanto, que a indústria cultural assume caráter de destaque e pode ser compreendida como um dos instrumentos de política externa utilizados pelos Estados Unidos. Nesse sentido, a abordagem utilizada para a compreensão da importância da indústria cultural como instrumento de política externa será a abordagem cognitiva, a qual inclui elementos subjetivos como a psicologia e a formação de um sistema de crenças.

Capitão América: o sistema de crenças e as imagens na Guerra Fria

A indústria cultural ganha força no início do século XX com a ascensão do cinema em diversas partes do mundo e torna-se uma das principais formas de lazer, de comunicação e de formação de opinião (DUMAZEDIER, 2000: 165-175). A indústria cultural é particularmente atuante como instrumento de política externa nos Estados Unidos, considerando a grande quantidade de verba destinada para Hollywood e a grande quantidade de franquias criadas e difundidas mundialmente a partir dos valores culturais norte-americanos. Nesse sentido, a criação do Capitão América, em 1941, demonstra a importância da indústria cultural como criadora de instrumentos que defendem os valores norte-americanos, essenciais para a legitimação de sua política exterior.

O Capitão América surge como a expressão da defesa dos interesses dos Estados Unidos. Neste sentido, busca difundir determinada imagem e símbolos americanos. A própria formação do caráter do personagem evidencia o patriotismo americano bem como um conjunto de elementos subjetivos que são transmitidos através da luta do personagem contra o “mal” (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 3). O contexto de Segunda Guerra Mundial e de luta contra o nazismo é expresso através de um garoto franzino que torna-se um super-herói com poderes, o que já demonstra a ideia de uma terra que proporciona oportunidades até para os que mais parecem incapazes (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 3).

A questão da identidade assume caráter de destaque através da cultura popular, que proporciona uma imagem coletiva acerca da narrativa histórica de construção do Estado, sendo o Capitão América um exemplo desse processo (DITTMER, 2005: 627) através da conexão tanto dos projetos políticos que remetem à ordem interna do país quanto à política externa. Além disso, a imagem dos poderosos e das massas é alinhada através de um símbolo que permite a assimilação de valores tanto para os poderosos quanto para as massas, evocando o conceito de hegemonia de Gramsci, que exorta a ideia de consenso como base para o fortalecimento de uma nação (DITTMER, 2005: 627). Neste sentido, a hegemonia norte-americana foi um dos objetivos das administrações do país tanto na ordem interna quanto na externa, sendo o Capitão América um dos instrumentos quem buscavam expressar uma imagem nacional coesa.

O sistema de crenças norte-americanos, como definido por Holsti (1962: 244-245), assume caráter de destaque na formulação de um personagem que defende conjunto de valores formados desde a colonização dos Estados Unidos e continuam presentes nas mais diversas esferas da sociedade. Dentre eles, é possível destacar a busca pela preservação da liberdade e da autonomia, algo que marca a história norte-americana desde a Constituição (KOLLMAN, 2014: 47) e evidencia a narrativa histórica de construção do Estado. Nesse sentido, o Capitão América é utilizado, inicialmente, em histórias de quadrinhos e em um seriado para a televisão como forma de propagação do ideário norte-americano de defesa contra o totalitarismo e a favor das liberdades individuais. A imagem que o povo norte-americano possuía em relação a Hitler e ao regime nazista é expressa através do enredo no qual se insere tal personagem, que luta contra seres malignos e destruidores da liberdade. É evidente que, embora seja um personagem fictício, o Capitão América ainda pode ser um modelo de caráter que demonstra a honestidade, a coragem e a sabedoria acima da força física, considerando a natureza humana do personagem,

o que é facilmente assimilado pelos leitores (WHITE, 2014: 26) e permite a criação de uma identidade cultural.

Com o fim da Segunda Guerra e com o início da Guerra Fria, o “inimigo” pelo qual o Capitão passa a lutar em nome do povo americano é o comunismo; nesse período, é possível observar a expansão do sistema de crenças e da formação das imagens tanto acerca de como os Estados Unidos se veem quanto como a forma como veem o “inimigo vermelho”. Elementos subjetivos são claramente parte desse panorama: o medo, por exemplo, é demonstrado no constante risco de início de uma guerra nuclear e no avanço do comunismo, o que faz com que o trabalho do super-herói seja ainda mais valorizado no sentido de que há a defesa da moral e dos valores norte-americanos (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008) através da assimilação de novas informações no sistema de crenças, o qual está baseado nas imagens que a indústria cultural detém (LARSON, 1994) e que são compartilhados através de mecanismos oficiais (a mídia expressa através dos quadrinhos e do seriado através da fala e da ação do Capitão América). É evidente, portanto, que o sistema de crenças norte-americano é caracterizado pela absorção de novas informações, mas mantém a ideia de defesa de valores e de luta contra o “inimigo”.

A formação e a consolidação da imagem nacional como proposta por Boulding pode ser analisada através da utilização do Capitão América como instrumento de política externa, pois permitiu a assimilação de elementos cognitivos que remetem a uma determinada imagem dos Estados Unidos. A imagem geográfica assume caráter de destaque na narrativa do Capitão América, que precisa defender o território norte-americano e, se possível, o dos demais países, da “ameaça vermelha”; o personagem passa a ser essencial para a construção da “realidade geopolítica norte-americana” (DITTER, 2005: 629). Além disso, as cores do uniforme do personagem remetem claramente à bandeira norte-americana e à ideia de nação, o que está fortemente interligado à imagem do país como um todo: há defesa da unidade do país (DITTER, 2005:629). As imagens de força e fraqueza e de amizade e hostilidade estão intrinsecamente relacionadas no sentido de que é impossível dissociar a imagem de força que os Estados Unidos buscavam transmitir por terem um inimigo hostil tão evidente. A utilização de instrumentos como a diplomacia cultural e a propaganda assumem caráter de destaque nesse cenário, pois legitimavam a ação externa do país, que buscava conter o avanço do bloco soviético. A corrida armamentista é um exemplo da imagem de força que os Estados Unidos transmitiam, mas a utilização de elementos como o Capitão América demonstra o quanto os fatores subjetivos

faziam parte da Guerra Fria: a defesa de determinados valores era a base da luta política. A imagem de hostilidade em relação à União Soviética pode ser compreendida nesse panorama, sendo essencial para a construção de uma imagem nacional no período.

A Guerra Fria, contudo, chegou ao fim e o personagem deixou de ser um meio efetivo de ação de política externa. O sistema de crenças baseado na ideia de defesa da liberdade e da democracia foram transformados em um momento de crises no Sistema Internacional. Tais mudanças foram refletidas no próprio Capitão América, que passa a vislumbrar as dificuldades do seu próprio país sob o pseudônimo de *o Nômade*, o que evidencia os aspectos psicológicos e culturais da década de 1980, marcada pela insatisfação dos americanos com os escândalos da gestão pública e com a ação do Estado americano (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008:6-7). O Capitão América como conhecido nos termos anteriores parecia fazer parte do passado e as editoras passaram a enfrentar crises de publicação e de aceitação do público, o que pode demonstrar a queda da capacidade dos Estados Unidos de se legitimar como uma potência quando não há um inimigo externo para lutar contra.

Doutrina Bush e Capitão América: restauração da imagem nacional

O fim da Guerra Fria marcou o início de um período no qual os Estados Unidos deixaram de utilizar especificamente o Capitão América como instrumento de política externa, pois já não havia mais sentido em lutar contra o avanço da “ameaça vermelha”. Isso

[n]uma época então marcada pelo afastamento dos jovens das ideias nacionalistas e utópicas de engajamento social, é bastante sintomático que um personagem que representasse uma ideia de país não tivesse mais interesse, perdendo seu espaço para outros super-heróis (...) (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 7).

Nesse sentido, a imagem nacional dos Estados Unidos compreendida na última década do século XX pode ser descrita como uma imagem em desgaste no sentido de que não havia um inimigo externo que mantivesse a coerência interna: a imagem territorial estava consolidada, mas a de força e de hostilidade passam a não possuir mais correlação como durante o período anterior; a configuração internacional do mundo havia sido modificada.

Entretanto, o atentado de 11 de Setembro de 2001 altera profundamente o cenário e reacende os valores norte-americanos de luta pela democracia e pela liberdade, sendo um acontecimento que não somente marcou a história dos Estados Unidos por si só, mas afetou as Relações

Internacionais de forma a implementar uma nova configuração no Sistema Internacional. Dezenove terroristas de origem islâmica, apontados como membros da *Al-Qaeda*, sequestraram aviões comerciais americanos e, com todos os passageiros a bordo, colidiram intencionalmente dois aviões contra as chamadas Torres Gêmeas, constituintes do complexo industrial nova-iorquino, o *World Trade Center*. Um terceiro avião sequestrado foi direcionado para o Pentágono, prédio onde se encontra o *Department of Defense* (DOD), isto é, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos; e um quarto avião atingiu um campo aberto na região de *Shanksville*, na Pensilvânia. Como apontado por Oliveira e Denipot,

(...) [a]s Torres Gêmeas e o Pentágono eram algo mais do que grandes obras arquitetônicas. Eram símbolos do poder e do orgulho da nação americana. Além do grande número de vítimas, que chocou o mundo, não podemos deixar de pensar que a ação teve um profundo impacto na identidade estadunidense, marcando a imagem do país, já que os resultados do atentado puderam ser vistos ao vivo pela televisão por pessoas de toda parte, no que pareciam ser fantásticas representações saídas de um filme-catástrofe (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 8).

O atentado de 11 de Setembro modificou de forma profunda tanto a imagem que os norte-americanos tinham sobre seu país quanto a que o mundo tinha sobre ele. A imagem geográfica, que era considerada consolidada, foi profundamente perturbada por um ataque ao próprio território dos Estados Unidos, o que representou, em última instância, um ataque à própria autoridade do governo norte-americano (WHITE, 2014: 634). A destruição causada e o sentimento de ameaça pautaram os dias e os anos que se seguiram ao ataque e criaram uma imagem de país abalado; a identidade estadunidense, a qual era essencial, havia sido fragilizada.

Após o atentado de 11 de Setembro, a política interna dos Estados Unidos passa a ser regida sob novos princípios com a administração do presidente George W. Bush e, portanto, o mesmo ocorreu com a sua política externa, que passa a ser marcada pela constante busca de restauração da imagem de força dos Estados Unidos. A “guerra ao terror” passa a ser a base da Doutrina Bush, uma série de princípios que consistia nas ideias de luta preventiva e de busca pela democracia no mundo (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 27). Nesse sentido, a imagem dos Estados Unidos passa a ser pautada por uma política de *hard power* que consistiu na invasão do Afeganistão e na guerra do Iraque, buscando a instauração da democracia e a eliminação dos grupos denominados terroristas; entretanto, a utilização de instrumentos culturais volta a ser essencial para a legitimação dessas ações do governo norte-americano, as quais foram contestadas pela comunidade internacional. A ‘Doutrina Bush’ estava diretamente relacionada à reconstrução da imagem nacional principalmente a partir da identidade territorial, o que

passou a ser orientado tanto pelo governo quanto pela mídia norte-americana (DITTMER, 2014: 637).

A indústria cultural pode ser vista como uma das principais expressões desse processo, que buscava reconstruir a imagem nacional que os Estados Unidos tinham sobre si; o compartilhamento de imagens passa a ser essencial, pois permite que as informações e impressões causadas pelo 11 de Setembro sejam filtradas no sistema de crenças norte-americano. A política externa, que está diretamente relacionada a essa incorporação, passa a ser pautada pela reconstrução da imagem nacional. O renascimento de um Capitão América patriota e que revive a luta do “bem” contra o “mal” passa a ser extremamente conveniente nesse panorama, sendo que o tema desse relançamento era a luta de um personagem vestido com as cores da bandeira norte-americana contra inimigos causadores de perdas para o povo norte-americano. O personagem é relançado oficialmente um ano após o atentado (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 10) como personagem de histórias em quadrinhos, que demonstram a luta do Capitão América contra homens mascarados que representam indivíduos de origem árabe; os discursos realizados pelo personagem demonstram o teor de defesa da nação e a clara ideia de que é necessário lutar pelo bem, que deve prevalecer através dos esforços dos indivíduos.

Um fato extremamente interessante é a assimilação dos princípios da ‘Doutrina Bush’ com os valores transmitidos pela imagem do Capitão América na confluência de uma imagem nacional unificada e forte. A doutrina estava claramente relacionada a um novo “inimigo” que os Estados Unidos possuíam: o terrorismo. Contudo, os discursos do presidente George W. Bush deixavam claro que a guerra não havia sido buscada pelos Estados Unidos, no sentido de que não havia sido uma escolha, mas sim uma imposição a qual o país responderia da forma adequada.

As histórias em quadrinhos do Capitão América passam a expressar exatamente essa forma de pensamento através da clara ideia de que a guerra não foi uma opção, mas sim um “estado que foi imposto à América” (WHITE, 2014: 638). A restauração do ideário que o personagem traz consigo é evidente não somente através dos simbolismos que remetem às cores da bandeira no uniforme do personagem, mas principalmente através do sistema de crenças transmitido nos diálogos, como, por exemplo, no seguinte trecho: “(...) nós vamos superar isto. Nós, o povo. Unidos por um poder que nenhum inimigo da liberdade sonharia em entender. Nós compartilhamos... nós somos... o sonho americano” (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 14). O

Capitão América deixa de lado o seu antigo codinome de Nômade e volta a assumir uma postura patriótica.

É evidente, portanto, que a ‘Doutrina Bush’ foi fortemente apoiada por um personagem de história em quadrinhos que demonstrava a força que os Estados Unidos deveriam reunir para superarem o trauma vivido, pois a liberdade ainda era um ideal pelo qual valia a pena lutar. O compartilhamento da experiência vivida permitiu o respaldo da população norte-americana à “guerra ao terror”, sendo a indústria cultural um dos instrumentos da sua política externa.

Considerações Finais – A indústria cultural e a imagem nacional

O ressurgimento do Capitão América nos anos 2000, especialmente após o atentado do 11 de Setembro de 2001, demonstra a utilização da indústria cultural como um dos instrumentos de política externa da Doutrina Bush. Um personagem que carrega os valores norte-americanos de liberdade e de defesa da democracia foi importante na construção da imagem nacional, ajudando a conformar um conjunto de imagens extremamente patrióticas que ressaltam a identidade do país. O atentado de 11 de Setembro foi uma forte agressão à essa imagem da nação, sendo sua imagem geográfica e de força abaladas, o que representou um ataque à própria autoridade do governo norte-americano e de seu povo.

O relançamento do Capitão América nas histórias em quadrinhos, um ano após o atentado, demonstra a tentativa de reerguer a posição dos Estados Unidos como potência mundial, pois os instrumentos culturais como a diplomacia cultural e a propaganda são elementos essenciais que permitem a legitimação das ações de um ator de política externa e propagam um determinado conjunto de crenças e valores, que passam a ser assimilados com facilidade pelo público. A ‘Doutrina Bush’ utilizou esse método em sua “guerra ao terror”.

Entretanto, a resposta que grande parcela do público leitor das histórias em quadrinhos forneceu foi oposta à esperada pelos criadores do personagem: as aventuras do Capitão América eram claramente uma forma de legitimação da invasão ao Iraque e diversos leitores apontaram que “suas últimas histórias são apenas propagandas, pura e simplesmente, da política antiterrorista norte-americana e não, como deveriam ser, diversão e arte elaboradas para entreter os leitores” (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 30).

A “guerra ao terror” e a Doutrina Bush passaram a sofrer forte contestação tanto no Sistema Internacional quanto internamente, o que foi demonstrado na diminuição das histórias em quadrinhos do Capitão América a partir de 2003. Entretanto, a força da indústria cultural como um dos principais instrumentos culturais de política externa dos Estados Unidos é demonstrada na recente tendência de lançamento de filmes cuja temática está diretamente relacionada com super-heróis norte-americanos que salvam o país de inimigos desconhecidos, sendo o Capitão América utilizado novamente como símbolo de propagação do ideário norte-americano.

O Capitão América é novamente utilizado, mas agora como personagem de filmes lançados em 2011 e em 2014, além de sua participação em outros filmes das franquias *Marvel* e *DC Comics* (WHITE, 2014). Sua história é recontada desde sua ação contra os nazistas até os dias de hoje, quando ele ainda é necessário para os Estados Unidos. O personagem ainda utiliza as cores da bandeira norte-americana em seu uniforme e seu discurso está baseado na defesa dos ideais de liberdade e de justiça, sendo ele o defensor dos cidadãos norte-americanos. É evidente, portanto, que tanto as histórias em quadrinhos quanto os filmes fazem parte de uma indústria cultural que expressa a imagem nacional dos Estados Unidos e o seu sistema de crenças, sendo que os personagens não cumprem uma função meramente de entretenimento, mas sim “(...) uma função cultural, se é que se pode utilizar este termo” (OLIVEIRA e DENIPOT, 2008: 37).

O presente artigo demonstrou que os Estados Unidos utilizam sua indústria cultural não somente como tentativa de legitimar sua ação, mas também com o intuito de ser reconhecido novamente como a grande potência mundial. Em um panorama que passa a ser marcado pela crise financeira e produtiva de 2008, a imagem nacional dos Estados Unidos sofreu novamente abalos. Nesse sentido, é possível afirmar que os Estados Unidos buscam reerguer sua posição como potência mundial através da utilização de um personagem que carrega os valores norte-americanos. Entretanto, embora os filmes mais recentes sejam um sucesso de bilheterias e uma forma de difundir os valores norte-americanos para o resto do mundo, seria essa uma demonstração do poderio norte-americano ou, ao contrário, uma prova de que a nação encontra-se em uma crise de legitimidade e sua estrutura está, na verdade, em ruínas? As respostas para essa questão ainda estão, contudo, em aberto.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de O. (1986), *Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa*. São Paulo, Summus Editorial

BOULDING, Kenneth. (1959), "National Images and International Systems". *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 3, No. 2, pp. 120-131.

CARLSNAES, Walter. (2008), "Actors, structures and foreign policy analysis". In: *Foreign Policy: theories, actors, cases*, editado por SMITH, HADFIELD e DUNNE, Oxford, Oxford University Press, pp. 85-100.

CHOMSKY, Noam. (2002), *O lucro ou as pessoas?* Brasil, Bertrand Brasil.

DITTMER, Jason. (2005), "Captain America's Empire: Reflections on Identity, Popular Culture, and Post-9/11 Geopolitics". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 95, No. 3, pp. 626-643.

DUMAZEDIER, Joffre. (2000), *Lazer e cultura popular*, São Paulo, Editora Perspectiva S.A.

HILL, Christopher. (2003), "Chapter 6 - Implementation: translating decisions and capabilities into actions". In: *The changing politics of foreign policy*. Hampshire/Nova York, Palgrave McMillan.

HOLSTI, Ole R. (1962), "The Belief System and National Images: a case study". *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 6, no. 3, pp. 244-52.

HORKHEIMER, Max. ADORNO, Theodor D. (2000), "A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação de massas". In: *Teoria da cultura de massa*, (Ed. LIMA), São Paulo, Editora Paz e Terra S/A.

JARVIE, Ian. (1990), "The Postwar Economic Foreign Policy of the American Film Industry". *Film History Journal*, vol. 4, no. 4, Indiana University Press.

GALDIOLI, A. S. (2008), "A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhaça". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo.

KOLLMAN, Ken. (2014), *The American Political System*, W.W Norton Company: 2º Edition.

LARSON, Deborah Welch. (1994), "The role of Belief Systems and Schemas in Foreign Policy Decision-Making". *Political Psychology Journal - Special Issue: Political Psychology and the Work of Alexander L. George*, vol. 15, no. 1, pp. 17-33.

MOTTA, B. V. de C. (2014), "Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo.

OLIVEIRA, Jefferson L. R. de; DENIPOTI, Claudio. (2008), "Nascido em 11 de setembro: opiniões políticas de leitores do Capitão América em 2003". *Revista História, imagem e narrativas*, N. 7, Ano 3.

WHITE, Mark D. (2014), *The Virtues of Captain America: Modern-Day Lessons on Character from a World War II Superhero*. John Wiley & Sons: 1st. Edition.